



ANÁLISE PEDIDO IMPUGNAÇÃO

REFERÊNCIAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

Processo nº 003631/2025 de 07 de agosto de 2025

Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - Sedecult

ID CiudadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0019

IMPUGNANTE: TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA - CNPJ 09.177.375/0001-04

Inicialmente, cabe ressaltar que a Procuradoria, órgão de assessoramento jurídico desse município, realizou o controle prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório, mediante análise jurídica da contratação, dos documentos de planejamento, minuta de Edital e contrato, conforme preceitua o art. 53 da Lei 14.133/2021, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

De fato, a Administração Pública local, objetiva a contratação de empresa especializada para locação e montagem de estruturas, (trio elétrico médio porte – truck; sonorização de medio e grande porte estrutura; iluminação com grid de médio e grande porte; painel de led; protetor passa cabos e fios de piso; sistema de microfone sem fio profissional; sistema de filmagem locação; telão, palco, gerados e demais itens correlatos), para a realização de diversos eventos, constantes no calendário 2025/2026, que nada tem a ver com serviços de engenharia.

O art. 6º, inc. XXI, da Lei n.º 14.133/2021 define o que venha a ser serviços de engenharia, vejamos:



Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:

- a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;
- b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso.

A simples leitura do edital de licitação impugnado deixa bem evidente que o seu objeto não se confunde de maneira alguma com serviço de engenharia como quer fazer crer a Impugnante.

Não pode confundir Locação de estruturas de obras com Locação de Estruturas de Festas.

A montagem de estruturas metálicas em obras **requer registro no CREA e a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** porque envolve riscos que exigem um profissional habilitado para garantir a segurança e o cumprimento das normas. As atribuições para a montagem e o projeto de estruturas metálicas são de **engenheiros civis e/ou**



mecânicos, dependendo da complexidade do projeto, que são responsáveis por assinar e acompanhar a obra.

Noutro lado, as estruturas para festas **não precisam de registo no CREA** a menos que a atividade preponderante da empresa seja de engenharia ou agronomia, como indicado por jurisprudência do TRF-4 e decisões judiciais, que afirmam que a locação de estruturas temporárias, por si só, não exige este registo. No entanto, o serviço de montagem e fixação dessas estruturas **requer a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)** de um profissional de engenharia qualificado, que transfere a responsabilidade pela segurança ao engenheiro contratado, e isso se aplica mesmo que a empresa de eventos não seja registrada no conselho.

Portanto, a Administração não deixou de exigir da licitante vencedora a qualificação adequada para execução dos serviços. Pressupõe-se que para a emissão da ART a contratada deverá ter em seus quadros responsável técnico para acompanhar e fiscalizar os serviços ou contratar referido profissional que acompanhará especificamente o trabalho objeto da licitação, **assim exigiu no Termo de Referência:**

5.4. Responsabilidade Técnica e Legal

5.4.1. A contratada deverá apresentar, previamente à **execução de cada serviço, os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART ou TRT)**, emitidos por profissional legalmente habilitado e compatível com a atividade exercida, especialmente para montagem de estruturas físicas, sistemas elétricos temporários e equipamentos cênicos:

I – Montagem e instalação de estruturas metálicas, como palcos, praticáveis, grids de iluminação, pórticos, tendas com tablado, estruturas elevadas, e outros itens similares que apresentem risco à



segurança pública: **requerem registro da empresa no CREA ou CFT, e ART ou TRT** emitida por profissional legalmente habilitado;

II – Sistemas de sonorização e iluminação de grande porte, incluindo painéis de LED, amplificadores de alta potência, cabeamento, quadros de energia, e main power: **requerem responsável técnico com registro em conselho de engenharia (CREA ou CFT) e respectiva ART/TRT** para o dimensionamento e operação elétrica temporária;

III – Serviços que envolvam instalações elétricas temporárias com geradores de alta potência (160kVA, 260kVA), inclusive os que demandam aterramento e transformador isolado: deverão estar acompanhados de projeto técnico assinado, **com ART ou TRT** compatível e documentação de conformidade elétrica.

5.4.2. Os serviços relacionados a banheiros químicos, grupos geradores e resíduos

deverão ter comprovação de regularidade ambiental, licenciamento e destinação final, conforme exigências da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis.

5.7.1. Estruturas físicas temporárias

5.7.2. As estruturas físicas temporárias deverão atender as seguintes exigências:

Montagem e desmontagem de palcos, praticáveis, coberturas e demais estruturas metálicas tubulares, em conformidade com o propósito da contratante, normas ABNT (NBR 15.575, NBR 16325 e correlatas) e demais regulamentações vigentes;

Garantia de nivelamento, fixação segura, ancoragem adequada com uso de lastros ou elementos equivalentes para estabilidade e segurança;



Instalação obrigatória de elementos de segurança como corrimãos, escadas, passarelas, proteções laterais e telas.

5.7.2.1. Todos os serviços deverão ser supervisionados por responsável técnico qualificado;

5.7.2.2. Os procedimentos de montagem devem preservar o patrimônio público, evitando danos à infraestrutura do local e respeitando normas ambientais e urbanísticas.

Assim a administração acertou quanto a futura obrigação da empresa emitir os documentos que por lei são obrigatórios e não obriga a empresa que demonstre para fins de habilitação que possuem no seu quadro o devido profissional.

Já existe entendimento consolidado que a exigência de que uma empresa mantenha um profissional no seu quadro permanente de funcionários para fins de habilitação em licitações é vedada. As regras de licitação permitem que o licitante demonstre a capacidade técnica necessária por meio de declaração ou contrato futuro com um profissional qualificado, sem a necessidade de vínculo empregatício anterior à licitação.

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES) e o Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestaram sobre a ilegalidade dessa exigência, pois ela cria um obstáculo desnecessário à participação de empresas, ferindo o princípio da competitividade, vejamos:

“É vedada a exigência de que a empresa licitante mantenha profissional apto a realizar o objeto licitado em seu quadro permanente de funcionários como condição de habilitação em licitação, bastando a contratação ou declaração de contratação futura de profissional com a respectiva aptidão”.



Nesse sentido, mais uma vez de forma assertiva a administração fez constar no Termo de Referência, vejamos:

8.4.1.4.2. Declaração de Responsabilidade Técnica e Atendimento à Legislação Específica. Será exigida declaração formal da licitante comprometendo-se a:

I – A licitante deverá apresentar, antes do início da execução contratual, os seguintes documentos obrigatórios (conforme o serviço prestado):

a) Para unidades sanitárias móveis (banheiros químicos e trailers sanitários):

- Comprovação de licenciamento ambiental, autorização sanitária e alvará municipal, quando aplicável;
- Documento que comprove destinação final ambientalmente adequada dos resíduos (resíduos líquidos sanitários);
- **Registro no órgão ambiental competente** ou empresa terceirizada licenciada para coleta.

8.4.1.4.3 – Declaração de Atendimento Técnico e Legal

8.4.1.4.3.1. A licitante deverá apresentar declaração formal sempre que possível, apresentado(s) em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade emitente, devidamente assinado(s), contendo comprometendo-se a:

I – Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT, legislação de segurança, normas técnicas de engenharia, recomendações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, além de quaisquer exigências do Município ou de órgão competente;

II – Obter, por sua conta e risco, todas as autorizações e licenças que se fizerem necessárias à realização dos eventos com estruturas

**MUNICÍPIO DE ITARANA**

Estado do Espírito Santo

Poder Executivo

temporárias, inclusive junto aos órgãos de fiscalização sanitária, ambiental, trânsito, e Corpo de Bombeiros;

III – Apresentar os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), certificados de conformidade, e demais documentos técnicos antes do início da execução dos serviços, conforme solicitado pela fiscalização contratual.

Verifica-se, assim, a pertinência da documentação, considerando **IMPROCEDENTE** o pedido da requerente, que seja exigido para habilitação das empresas a comprovação do Registro nas entidades profissionais competentes, **letra “a”**.

Quanto a questão constante na **letra “b”** - definição das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado, essa é uma função de identificar os componentes mais críticos e de maior complexidade técnica para a execução da obra ou serviço de engenharia, como dito acima, não é o caso dessa contratação qual é a locação de estruturas para festas por item.

Aqui o objeto é **separado por item**, podendo haver vários vencedores com locações de estruturas para festas, seguindo assim a **Súmula 247 do Tribunal de Contas da União (TCU)**, onde, determina que a licitação para objetos divisíveis deve, obrigatoriamente, ter a **adjudicação por item** (por partes), **e não por preço global**, a menos que isso gere prejuízo ao conjunto ou perda de economia de escala. O objetivo é dar oportunidade a mais empresas de participar, permitindo que licitantes com menor capacidade possam ganhar apenas os itens que conseguem fornecer, sem a obrigação de abranger o objeto inteiro.





Assim, a empresa deverá apenas demonstrar que possuem atestado de capacidade técnica do item que for participar, pois esse será considerado de "maior relevância ou valor significativo" e individual.

Verifica-se, assim, a pertinência da forma como foi solicitado a qualificação técnica, considerando **IMPROCEDENTE** o pedido da requerente, **letra "b"**.

Quanto ao registro no Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo, é irregular e restritivo à competitividade exigir que empresas licitantes tenham registro no Corpo de Bombeiros Militar para fins de qualificação técnica em licitações. Esse requisito pode ser exigido apenas da empresa vencedora, não de todas as participantes, para a fase de execução contratual, e sua inclusão indevida no edital pode ser contestada no Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES), ou apenas que ela cumpra as licenças que devem ser emitidas na execução do objeto, assim, mais uma vez assertivamente foi posto no Termo de Referência, vejamos:

5.1.4. A execução deverá observar as normas da ABNT, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, **as instruções técnicas do Corpo de Bombeiros**, a legislação sanitária e ambiental vigente e as exigências municipais relativas ao uso de espaços públicos e controle de impacto urbano.

5.12.5. O dimensionamento da equipe de brigadistas será definido pela Sedecult e informado na OS com base na previsão de público, layout do evento, **exigências legais e orientações do Corpo de Bombeiros**, devendo a contratada cumprir integralmente a escala fornecida, sob pena de glosa ou sanção contratual.



5.16 (...)

* Após emitida a Ordem de Serviço, a contratada deverá iniciar a montagem dos itens com antecedência mínima de **04 (quatro) dias da data de início do evento**, de forma progressiva e conforme os moldes solicitados, devendo a montagem estar integralmente **concluída até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da programação**, possibilitando, quando necessário, **vistoria técnica e liberação por órgãos competentes, como o Corpo de Bombeiros;**

8.4.1.4.3.1. A licitante deverá apresentar declaração formal sempre que possível, apresentado(s) em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade emitente, devidamente assinado(s), contendo comprometendo-se a:

I – Executar os serviços de acordo com as normas da ABNT, legislação de segurança, normas técnicas de engenharia, **recomendações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros**, além de quaisquer exigências do Município ou de órgão competente;

II – Obter, por sua conta e risco, todas as autorizações e licenças que se fizerem necessárias à realização dos eventos com estruturas temporárias, inclusive junto aos órgãos de fiscalização sanitária, ambiental, trânsito, e **Corpo de Bombeiros;**

III – Apresentar os Documentos de Responsabilidade Técnica (ART/TRT), certificados de conformidade, e demais documentos técnicos antes do início da execução dos serviços, conforme solicitado pela fiscalização contratual.



Além disso, não podemos deixar de considerar que o **Corpo de Bombeiros do Estado do Espírito Santo**, caso considere que determinada empresa esteja atuando sem o competente registro/inscrição, tome, em relação à empresa, as devidas providências para instá-las a se adequarem, possuindo essa autarquia **PODER DE POLÍCIA** (atividade fiscalizatória).

Ademais, repiso que o certame licitatório não é instrumento adequado para as autarquias exercerem a sua atividade fiscalizatória, mas sim, conjunto de atos que visa garantir à Administração a execução do objeto licitado.

Verifica-se, assim, a pertinência da forma como foi solicitado a qualificação técnica, considerando **IMPROCEDENTE** o pedido da requerente, **letra “c”**.

Pelos fundamentos acima expostos, deveso Pregoeiro **conhecer** da impugnação oferecida pela empresa **TCI GROUP LOCACOES E EVENTOS LTDA - CNPJ 09.177.375/0001-04** e, no mérito, **DESPROVÊ-LA**, nos termos da fundamentação supra, e manter inalterado o instrumento convocatório, ficando mantida a data da sessão do **Pregão Eletrônico nº. 006/2025**.

Assinado por ANDRE FIOROTTI 111.***.***.
MUNICÍPIO DE ITARANA
19/09/2025 10:25:18

ANDRÉ FIOROTTI

Secretário Municipal de Desporto, Cultura e Turismo
Portaria n ° 007/2025.